

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

### OBJETIVO:

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é: **AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.**

**Área requisitante da contratação:** Secretaria Municipal de Governo.

### I – INFORMAÇÕES GERAIS

#### 1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo/função	Matrícula	E-mail
NÁRRIMAN DA COSTA RODRIGUES BALLOCK	Agente em Atividades Administrativas	2392101	<a href="mailto:narriman.ballock@itajai.sc.gov.br">narriman.ballock@itajai.sc.gov.br</a>

### II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

#### 2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A realização de obras e reformas é uma atividade constante e essencial para a melhoria e expansão da infraestrutura urbana do município de Itajaí. Dentro desse contexto, a aquisição de materiais adequados e de qualidade é um fator determinante para o sucesso, segurança e durabilidade das construções realizadas.

A madeira é um dos principais elementos utilizados em diversas etapas das obras e reformas municipais. Desde a construção de estruturas fundamentais, como de sustentação, até o acabamento final, as madeiras desempenham um papel essencial na execução de projetos de construção civil de espaços públicos, prédios municipais e demais infraestruturas urbanas.

Justifica-se a abertura de registro de preços em razão da necessidade em atender a demanda de aquisição de madeiras para a Prefeitura Municipal de Itajaí e suas Secretarias, Fundos e Fundações, garantindo a disponibilidade contínua de materiais de qualidade, em conformidade com as normas técnicas vigentes e a preços competitivos.

**3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

Está previsto no PAC que esta contratação irá substituir a ata 044/2024 (PE 013/2024).

**4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

A empresa deverá:

- Ser do ramo do objeto da licitação, ou seja, a contratação somente pode ser efetuada com empresa especializada;
- Possuir material e mão de obra capacitada e qualificada, em quantidade necessária, para o desempenho eficiente das diversas tarefas;
  - Fornecer os equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários para a perfeita prestação dos serviços especificados, arcando, inclusive, com os custos de mobilização e transporte;
  - Responsabilizar-se pelas despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, descarregamento, encargos trabalhistas, previdenciários e outros, se existentes, decorrentes do fornecimento.
  - Responsabilizar-se pelo carregamento e descarregamento do produto, devendo este procedimento ser executado manualmente para a área interna do local indicado pela Contratante;
- Estar em dia com as obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- Cuidar da preservação do meio ambiente de forma a atender os critérios e práticas de sustentabilidade na execução dos serviços;
- Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais/serviços fornecidos, assim como, efetuar a substituição daqueles que, porventura, apresentem algum tipo de irregularidade;

- Caso seja necessário, o Município de Itajaí reserva-se no direito de solicitar uma amostra dos produtos entregues para realização de ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para comprovar a qualidade do objeto, cujas despesas correrão por conta da licitante, provisoriamente, classificada;
- Caso o produto não seja aprovado ou não apresente as especificações mínimas exigidas neste certame, a empresa deverá proceder a substituição do produto em, no máximo de 05 (cinco) dias, estando sujeito, ainda, às sanções previstas neste certame, além de arcar com todos os prejuízos que possam resultar.
- Entregar todos os materiais e serviços adquiridos, de acordo com as especificações técnicas, nas quantidades e prazo estipulados pela Prefeitura de Itajaí (e suas Secretarias, Fundos e Fundações);
- Comprovar a experiência por meio de Atestados e Certificados de Capacidade Técnica;
- Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso (mesmo que temporariamente), ou seja, que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, direta e indireta;

Quanto aos materiais e serviços:

- Os serviços contratados abrangem fornecimento de madeiras de pinus e madeiras de cambará;
- Os materiais, peças e insumos fornecidos deverão ser de primeira qualidade compatíveis com as recomendações do fabricante, reservando-se à Administração Pública o direito de recusar qualquer material ou produto que apresentarem indícios de serem de qualidade inferior;
- Os produtos devem possuir critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e produtos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável;
- Nos serviços deverão estar inclusos todos os custos com fornecimento de mão de obra, transporte, insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessários à perfeita execução do fornecimento;

- As solicitações dos serviços decorrentes do Registro de Preços serão feitas de acordo com a necessidade e conveniência da Prefeitura de Itajaí, assim como suas Secretarias, Fundos e Fundações, mediante a emissão da Nota de Empenho.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

ITEM	OBJETO	MEDIDA	QTD
1	514 - FORRO EM MADEIRA DE PINUS M <sup>2</sup>	M <sup>2</sup>	2.640
2	24492 - MADEIRA DE PINUS CAIXARIA SERRADA ESPESSURA 2,5 CM	M <sup>3</sup>	184
3	82226 - MADEIRA DE PINUS TÁBUA MEDINDO 2,5 X 30 - PLAINADA	UND	1.242
4	42262 - MADEIRA DE PINUS (CAIXARIA) MEDIDAS 03 X 30 X 3,0 BRUTA	UND	500
5	24501 - DECK EM MADEIRA DE CAMBARÁ BENEFICIADA 2,5X10 CM, COM OS CANTOS ARRENDONDADOS	M <sup>2</sup>	929
6	24724 - MADEIRA DE CAMBARÁ 2,5 x 20	UND	1.077
7	24725 - MADEIRA DE CAMBARÁ 2,5 x 25	UND	960

Quantidade foi estimada baseando-se no consumo das Secretarias, Fundos e Fundações participantes.

### III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Após pesquisa de mercado e de preços, as opções de aquisição encontradas foram:

- A Prefeitura de Itajaí possui uma área com espaço suficiente para plantação sustentável de árvores das madeiras objeto deste certame. E, através de equipamentos e servidores capacitados, realizar a coleta sempre que possível e necessário;
- Adquirir os objetos licitados por meio de empresas especializadas e qualificada através de:
  - Geração de um contrato para que os objetos sejam entregues continuamente;

- Aquisição dos objetos através de demandas pelo Sistema de Registro de Preços.

#### **7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

O custo estimado, para o período de 12 (doze) meses, é de R\$ 508.445,71 (quinhentos e oito mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais e setenta e um centavo).

### **IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

#### **8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A pretendida contratação se trata de aquisição de objeto comum, ou seja, tem natureza acessória, instrumental e complementar à Prefeitura Municipal de Itajaí assim como suas Secretarias, Fundos e Fundações.

Levando em consideração que as aquisições são periódicas, minimizando o custo de mão de obra e material a ser utilizados, o método mais vantajoso se dará por meio de empresa especializada através de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, menor preço por item.

Não se vislumbra nenhuma dificuldade de atendimento desta demanda pelo mercado local, pois os objetos pretendidos são produtos simples cujo atendimento pode ser realizado por qualquer empresa que tenha a habilitação técnica necessária para atuar neste ramo e que detenha experiência no objeto.

#### **9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Nos termos do art. 47, inciso II, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio devem ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, a presente contratação não foi agrupada em lotes, totalizando 07 (sete) itens, tendo em vista que o eventual agrupamento poderia diminuir as opções de competitividade.

**10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Não há contratação correlata.

**11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Espera-se obter, para o município, os benefícios diretos e indiretos em termos de economicidade, eficácia, eficiência de melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito à impactos ambientais.

Com este processo licitatório, pretende-se assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o município de Itajaí. Assegurando o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada que os serviços sejam entregues nas quantidades e qualidades almejadas, o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

**12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Não serão necessárias providências para à adequação do ambiente, a capacitação de servidores para a fiscalização e gestão contratual ou ainda adequações dos ambientes deste Órgão, tendo em vista que se trata de prestação de serviços e aquisições de materiais comuns e não tem maiores complexidades, bastando que a empresa contratada cumpra com as obrigações após a emissão da Nota de Empenho.

**13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Com a finalidade de mitigar os possíveis impactos ambientais e buscando sanar os riscos ambientais existentes, sempre que possível, e no que couber, deve ser observado, quando da contratação dos serviços, o atendimento às normas técnicas, elaboradas pela Assessoria Brasileira de Normas Técnicas. Ainda, deverão ser observados, quando couber, os critérios contidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU e os critérios de sustentabilidade ambiental.

**14. Responsáveis pela Elaboração do ETP INTEGRANTE TÉCNICO**

INTEGRANTE TÉCNICO
NÁRRIMAN DA COSTA RODRIGUES BALLOCK Matrícula nº 2392101

**15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Itajaí/SC, 27 de janeiro de 2025.

**SERGIO MURILO PEREIRA**

Secretário de Governo